



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

RELAÇÃO PROFESSOR - ALUNO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

GISELLE MASIERO TEIXEIRA

BELO HORIZONTE

2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

RELAÇÃO PROFESSOR - ALUNO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob a orientação da Professora Priscila Rezende Moreira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE

2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

GISELLE MASIERO TEIXEIRA

RELAÇÃO PROFESSOR - ALUNO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em Primeiro de agosto de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Professor Avaliador

Prof^a. Mestre Priscila Rezende Moreira- Orientadora

Giselle Masiero Teixeira-Cursista

Queria dedicar este trabalho àqueles que me deram a vida,
e me ensinaram o valor do ser humano em todas as dimensões.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, que dá esperança e direcionamento da minha vida e fé.

Ao meu marido André Pretti, força, apoio, carinho e compreensão em todos os momentos mais complicados da minha vida.

Meu pai Marco Aurélio que mesmo a distancia sei que torce pelo meu sucesso.

Aos meus dois amigos que fiz durante este curso, Juliana Paradela e Tiago Reis que sempre vão estar no meu coração.

À professora Jeanne Rodrigues cuja dedicação foi fundamental para a conclusão deste trabalho.

A Diretora Marilda Gobira da E. E Bueno Brandão que me forneceu informações valiosas para a realização deste trabalho.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

Paulo Freire.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso - TCC pretende a partir da análise do Projeto Político-PPP da Escola Estadual Bueno Brandão, mostrar o valor da interação entre a sala de aula e a relação pedagógica, lembrando que esta é uma relação humana e difícil, e que determina o uso de métodos funcionais focados no diálogo. São visíveis na sociedade atual grandes transformações e conflitos, exigindo a participação na escola e sala de aula, gerando a necessidade de levar até elas o debate, através de uma conversa franca e aberta, utilizando argumentos indispensáveis à educação. Cabe então o resgate no contexto da prática pedagógica do valor da relação de diálogo entre professor e aluno, ponto essencial para a descoberta do outro através da produção do conhecimento. É importante destacar que sendo a sala de aula um espaço de interação entre professor e aluno, cabe ao primeiro ser o mediador entre o aluno e o conhecimento escolar, pois este tem a capacidade para desenvolver tais funções. Neste artigo foram utilizados autores que analisaram a questão da educação, focando na relação professor aluno, como Freire (1987,1996, 1998), Assman (2007), Gadotti (2000) e Padilha (2001), destacando que as políticas públicas para a educação têm que se preocupar com o processo de aprendizagem do aluno e com a formação continuada do professor.

Palavras-chave: Prática Pedagógica; Gestão Escolar; Projeto Político Pedagógico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
JUSTIFICATIVA	10
OBJETIVOS	12
Objetivo Geral:	12
Objetivos Específicos:	12
A ESCOLA COMO PREPARAÇÃO PARA A VIDA.....	13
CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
REFERÊNCIAS	20
ANEXO- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL BUENO BRANDÃO	22

INTRODUÇÃO

A escolha do tema deste Trabalho de Conclusão de Curso- TCC deve-se à sua relevância no contexto educacional, mais especificamente com a gestão democrática ao ter como objetivo mostrar o valor da interação entre os alunos, professores e gestão escolar.

A Escola Estadual Bueno Brandão, instituição analisada para o presente estudo, atende o Ensino Fundamental e está localizada no Bairro Funcionários em Belo Horizonte / MG¹. Nessa escola busca-se, continuamente, que a comunidade escolar tenha um ótimo convívio pautado no respeito, solidariedade e no companheirismo. Procuramos que os conflitos existentes sejam resolvidos harmoniosamente, registrados em atas e assinados pelas partes.

O objetivo do Projeto Político Pedagógico da referida escola é destacar a sua autonomia e identidade. Ele possibilita uma mudança planejada e organizada buscando soluções para transformar a escola em um espaço aberto ao diálogo, possível de reflexão e que estimule os educadores a refletir sobre a prática pedagógica.

Na análise do tema/ítem “Relação Professor - Aluno Na Prática Pedagógica” observa-se que sendo a aula um momento onde o aluno se dispõe a participar de um aprendizado, discordando, vencendo limitações, ela é também uma forma de correlacionar os conteúdos, ordenando-os e atribuindo-lhes definições.

Nesse sentido, é importante discutir três questionamentos propostos por Marhl e citados por Almeida (2015), sobre o processo interativo em sala de aula. O primeiro se ressalta até que ponto o professor, apoiado numa comunicação unilateral pode contribuir para que o aluno cresça intelectual, social e politicamente.

Outra análise seria sobre o papel que a comunicação interativa desempenha diante dos problemas educacionais que enfrentam alunos e professores na atualidade. E, finalmente, qual seria o valor da comunicação para que professores e alunos produzam o conhecimento.

Nessa perspectiva, o grande educador Paulo Freire (1981) alerta para uma pedagogia da comunicação que seja capaz de vencer a característica indiferente que existe na falta de diálogo. Segundo ele:

¹ A escola foi criada através no decreto nº. 2287 de 03 de novembro de 1908, com a construção do prédio destinado ao jardim de infância, na Avenida Paraúna, hoje Avenida Getúlio Vargas.

“O diálogo é uma exigência existencial. E se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar idéias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de idéias a serem consumidas pelos permutantes.” (FREIRE, 1981, p. 93).

É necessário então que superemos o olhar habitual da falta de conhecimento do aluno e do total domínio da informação pelo professor, lembrando que os alunos são autores da mudança. Será através do diálogo que se tornarão cidadãos críticos e conscientes, agindo e interagindo na formação de uma sociedade mais justa (CORTELLA, 2002, p. 45).

Em relação ao papel da escola na educação existem muitas discussões e questionamentos, mas, é preciso a conscientização de que não se pode vê-la como simples transmissora de conhecimento aos alunos.

Este trabalho de conclusão de curso traz, portanto, a proposta de verificar a relação do professor com o aluno no cotidiano escolar, tendo como objetivo a busca de soluções para uma melhor convivência entre docentes e discentes, e assim, a educação se efetive, gerando pessoas críticas e conscientes de seu papel na sociedade.

JUSTIFICATIVA

É necessário compreendermos que a escola é da responsabilidade de todos, partindo do setor interno: desde os funcionários que garantem a limpeza do espaço escolar, até a direção que se responsabiliza pela ordem geral e, no setor externo: a comunidade, a sociedade, o País. Todos estão interligados de certa forma ao setor educacional. São parceiros na construção da cidadania.

Tais afirmações revelam a complexidade da "missão" do educador. A responsabilidade de conduzir o educando, entusiasmar-se diante de seu aprendizado de forma tal, que este se sinta inserido no contexto, como o principal referencial para uma educação voltada a um "saber" revolucionário, porém, apropriado ao seu tempo lúdico com o devido equilíbrio pedagógico.

É válido ressaltar que inconscientemente, o aluno possui uma gama de conhecimentos que ele mesmo desconhece ao iniciar a vida escolar. Assim, podemos determinar, após o conhecimento prévio de suas habilidades, de seus anseios, seus dons, aparentemente resguardados do mundo exterior, todo o conteúdo que deve ser aplicado àquele aluno, periodicamente.

A educação tem, além de outras funções, ordenar princípios norteadores na condução do educando perante a sociedade. O educador, conhecedor dos aspectos que movem a conduta social, tem como princípio direcionar o caminho de seus educandos de forma a priorizar um ensino de qualidade, desenvolvendo neles o prazer de freqüentar a escola, que por sua vez, garantirá os meios suficientes para a integração aluno-espaço escolar.

Nesse sentido, é importante que a escola seja um ambiente repleto de atividades enriquecedoras, que permitam a exploração das salas de leitura, onde revivam as bibliotecas atuantes repletas de livros que trazem de volta memoráveis nomes de escritores de nossa literatura que serão vida ativa nas mãos de alunos interessados em conhecer e de professores ávidos em ensinar, e não poderíamos deixar de abrir um precedente à biblioteca, por se tratar do espaço mais enriquecedor da escola, simbolizando a importância da leitura como símbolo do conhecimento (CHALITA, 2001, p. 33).

Na sala de aula, uma das responsabilidades do professor é com o ensino. Essa intenção de instruir necessita de uma estratégia ativa; a buscar a interação e a

construir uma relação, o mais positiva possível. Por isso, é importante tentar diminuir a distância existente entre ele e os educandos.

A essa distância, o status de professor na sala, soma-se uma distância pessoal e cultural desigual, conforme os alunos. Uma parcela importante dessa distância certamente vem do fato de que o professor tem um projeto a ser inculcado e, por conseguinte, espera do aluno disciplina, trabalho, atenção, esforços contínuos e, em definitivo, aprendizagens. Essas expectativas criam uma tensão potencial, que se atualiza cada vez que o aluno resiste a elas e não as satisfaz. E é dentro dessa perspectiva que o presente estudo se faz necessário. É fundamental analisarmos as relações entre docentes e alunos para que possamos realizar um trabalho de qualidade em nossas escolas.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

- Revelar o valor da interação entre o professor e o aluno.

Objetivos Específicos:

- Destacar a importância da formação continuada do professor;
- Verificar a importância do Projeto Político Pedagógico, sua autonomia e identidade;
- Verificar a importância de se estudar a relação professor-aluno;
- Analisar os fundamentos da Gestão Democrática.

A ESCOLA COMO PREPARAÇÃO PARA A VIDA

Sabemos que a escola cumpre uma importância fundamental na sociedade, portanto, necessita-se de um olhar especial, muito além de currículos e conteúdos para ensinar os alunos a pensarem sobre o mundo, a sociedade, e as diferenças, para que eles tenham condições de enfrentarem as situações de dificuldades e desafios que se apresentarem ao longo das trajetórias de vida pessoal e profissional.

Na visão de Pérez Gomes (2000), como ambiente de aprendizagem e de grande pluralidade cultural, a escola direciona a construção de significados aproximando alunos e professores. Assim, acontece a necessidade de mudanças na escola, através da reflexão consciente dos diversos aspectos que a envolvem como: as relações entre o ensinar e aprender com diversas trocas de informações, a interação de pessoas que participam da cultura escolar, o compartilhamento de informações e interação da cultura escolar. Destaca-se aqui o fato de a relação professor aluno ser de extrema importância para identificarmos as dificuldades existentes tanto na formação profissional do docente quanto em relação às suas condições de trabalho. Além é claro, das condições sociais, econômicas e pessoais que os alunos estão trazendo consigo para dentro da sala de aula.

Na leitura feita de Freire (1987) em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, entende-se que a relação professor-aluno, no processo de ensino aprendizagem, traz em si uma concepção de educação, com uma perspectiva de que, quando ocorre a educação como prática de liberdade, se abrem novos caminhos culturais, seguidos das diferentes culturas. É necessário verificarmos o que o professor traz de sua vivência e como ela se faz presente na realidade do aluno e vice-versa. O que transforma esse profissional em um ser social e político que pode modificar ou “aperfeiçoar” as concepções de mundo desses estudantes, muitas vezes desestimulados a estudar devido a difícil realidade que os cerca.

Para Assman (2007), é preciso que os docentes reinventem e reencantem a educação, focando uma visão educacional, construindo e produzindo novas experiências com os alunos no processo de ensino aprendizagem.

É válida a análise de que, o educador ao entrar em seu local de atuação, deve se permitir a uma preparação interior constante, no sentido de conduzir suas

atividades de forma a trazer o aluno para si. Há que se analisar a escola, no cumprimento de seu papel, no sentido de propiciar ao aluno mudanças necessárias, enquanto promove condições adequadas para a constância do aluno no espaço escolar (GADOTTI, 2000). Mas, na atual conjuntura das condições de trabalho do professor, são oferecidas condições de fazer essa reflexão? Sabemos que há ainda muitos problemas relacionados à formação docente e muitos que permeiam à falta de valorização do docente e do espaço escolar. Entretanto, devemos ainda dar foco ao sujeito aluno e sua formação como indivíduos, ao mesmo tempo, é claro, em que lutamos por mais conquistas no campo educacional.

Sabemos da importância da formação de hábitos no aluno para fortalecimento de sua conduta diante de uma modernidade que renasce a cada dia, uma vez que as mudanças na sociedade são constantes e imprevisíveis e tanto o aluno quanto o professor são sujeitos dessa realidade. Analisando os vários estudos relacionados à área da educação, entendemos que a preocupação é constante e estende-se aos diversos setores criados para fortalecer a relação existente entre escola/cidadão.

É importante que professor atuante planeje ações inovadoras e abra possibilidades para que o aluno se sinta fortalecido a vivenciar a realidade social com melhores perspectivas. Ele é o reflexo, a base, a estrutura capaz de transformar, de redimensionar. O educador consciente de seu papel, não se permite acreditar que seja o detentor do saber, aquele que traz em si o dom de ensinar, mas sim, aquele que se abre a um aprendizado constante na distribuição e recepção de conhecimentos inesgotáveis.

Dentro das novas concepções orientadas pelos processos de globalização, importantes para a análise que nos propomos a fazer, as políticas educacionais a partir dos anos 1990 imprimiram várias alterações nas legislações dos sistemas de ensinos, entre elas podemos destacar: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96), as Diretrizes Curriculares para a: Educação Infantil (2010)², o Ensino Fundamental (1998)³, Educação de Jovens e Adultos (2000)⁴, Médio (2012)⁵

² Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009.

³ Parecer CNE/CEB n. 04/98, de 29 de janeiro de 1998.

⁴ Resolução CNE/CEB nº 1, de 05 de julho de 2000.

⁵ Resolução nº2, de 30 de janeiro 2012.

e Superior⁶, as Resoluções para os Cursos Seqüenciais⁷ (1998) e a criação dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica (2008)⁸.

Além disso, instituiu-se os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's do Ensino Fundamental e Ensino Médio), Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos; e mecanismos de avaliação como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

A partir de encontros promovidos por entidades representativas de profissionais da área de formação de professores – FORUMDIR, ANFOPE – iniciou-se o processo de discussão acerca das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de Pedagogia⁹ (PADILHA, 2001, p. 39).

A Resolução que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação do em Pedagogia, licenciatura (2006), prevê em seu artigo segundo que os cursos de Pedagogia devem preparar os alunos para atuarem como docentes na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, além de atuarem como apoio escolar nos cursos de Ensino Médio e Ensino Profissional, bem como nas outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Nessa perspectiva, as diretrizes revelam que os cursos de formação inicial de professores, mais especificamente o Curso de Pedagogia, têm sua estrutura curricular regulamentada por diferentes e consecutivas legislações e um campo considerável de atuação. Esta prática reveladora da descontinuidade e da indefinição em relação à formação do profissional da educação vem orientando, através dos anos, os debates, as polêmicas e as discussões dos educadores (NOVA ESCOLA, 2008).

A discussão sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais orienta para o fortalecimento da identidade dos cursos de formação de professores, tendo a docência como base comum de formação de todo educador, da teoria e da prática, como unidade indissociável na formação desse profissional. Entretanto, muitas vezes, uma formação muito generalista pode perder o foco dos cursos de licenciatura, que de fato é o ensino, o estudo da educação a fim de oferecer

⁶ Por cursos.

⁷ Parecer CNE/CES n.º 968/98, aprovado em 17 de dezembro de 1998.

⁸ Lei n 11.892, de 29 de dezembro de 2008

⁹ Resolução CNE/CP nº1, de 15 de maio de 2006.

competências para formar um profissional apto a trabalhar com o processo de ensino-aprendizagem. Por isso, a importância de uma formação constante, continuada, a fim de oferecer meios para que o aluno docente vindo dos cursos de Pedagogia e demais licenciaturas possam ter oportunidade de aperfeiçoamento em suas áreas de atuação, entre elas a Gestão Escolar.

Muitas vezes o gestor escolar, tendo sua primeira formação em licenciatura, não consegue desempenhar bem a função de gestor escolar dentro das suas especificidades, e dentre elas, a orientação aos professores que estão dentro de sala de aula. Por isso, a necessidade de uma formação constante de todo o corpo docente e de gestão das escolas.

Ainda, algumas escolas, por vezes, se preocupam em idealizar projetos que apareçam no Projeto Político Pedagógico, mas que na realidade jamais foram executados, por vários motivos: falta de verbas, material insuficiente, recursos humanos, ausência de experiência da equipe de professores, especialistas e, até mesmo, a equipe dirigente que não abre espaço para que o mesmo aconteça, enfim, são vários motivos que contribuem para que um projeto não seja devidamente bem explorado. “[...] um quadro difícil de ser superado a partir das políticas educacionais que têm sido adotadas” (DORE, 1995, p.95).

Assim, várias oportunidades de melhora nas relações interpessoais em sala de aula deixam de ser contempladas nas discussões para enriquecimento do PPP.

Ao analisar esse contexto capitalista, Paulo Freire (1987) afirma que vivemos em uma sociedade dividida em classes, sendo que os privilégios de uns impedem que a maioria usufrua dos bens produzidos. Refere-se então a dois tipos de pedagogia: a pedagogia dos dominantes, onde a educação existe como prática da dominação, e a pedagogia do oprimido, que precisa ser realizada, na qual a educação surgiria como prática da liberdade. E é nessa última que nos pautamos. Afinal, o movimento para a liberdade deve surgir e partir dos próprios oprimidos, e a pedagogia decorrente será “aquela que tem que ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade” (FREIRE, 1987). Vê-se que não é suficiente que o oprimido tenha consciência crítica da opressão, mas, que se disponha a transformar essa realidade; trata-se de um trabalho de conscientização e politização.

Ao contrário, a pedagogia do dominante é fundamentada em uma concepção bancária de educação, (predomina o discurso e a prática, na qual, quem é o sujeito

da educação é o educador, sendo os educandos, como vasilhas a serem cheias; o educado deposita "comunicados" que estes, recebem, memorizam e repetem), da qual deriva uma prática totalmente verbalista, dirigida para a transmissão e avaliação de conhecimentos abstratos. Dessa maneira, o educando em sua passividade, torna-se um objeto para receber paternalisticamente a doação do saber do educador, sujeito único de todo o processo.

Esse tipo de educação pressupõe um mundo harmonioso, no qual não há contradições, daí a conservação da ingenuidade do oprimido, que como tal se acostuma e acomoda no mundo conhecido (o mundo da opressão), eis aí, a educação exercida como uma prática da dominação.

Como educadores é importante que tenhamos claro essas "formas de se fazer a pedagogia". Há muito que avançar no que diz respeito às relações em sala de aula, alunos e professores, e isso tem quem ser analisado à luz dos estudos sobre os temas que perpassam as condições de trabalho dos docentes, à realidade dos alunos e as condições de trabalho dos profissionais que estão dentro da escola, dentre outros aspectos.

É fundamental que o item "Relação Professor - Aluno Na Prática Pedagógica" no PPP seja elaborado com toda a comunidade escolar afim que seja identificado todos os problemas existentes na escola para que possamos traçar metas e objetivos para que as relações interpessoais em sala de aula tenham grandes conquistas. Para que isso ocorra é necessário focar na importância das reuniões colegiadas, na formação crítica dos profissionais e nas condições (físicas, materiais e infraestrutura) necessárias para que todos tenham comprometimento e condições de desenvolver um trabalho de qualidade dentro da realidade que se encontram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se com este TCC mostrar o valor da interação entre a sala de aula e a relação pedagógica, a partir da análise do Projeto Político-PPP da Escola Estadual Bueno Brandão, lembrando que esta é uma relação humana e difícil, e que determina o uso de métodos funcionais focados no diálogo.

É importante, também, lembrar que as relações entre o professor, aluno e o conteúdo são dinâmicas, sendo uma atividade de ensino com um processo coordenado de ações docentes. A partir do momento em que escola-aluno-comunidade reconhece, cada qual, a importância de seus papéis, com certeza o *ensinar*, bem como o *aprender*, tornar-se-ão mais prazerosos.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) perpassa a história da educação brasileira. Falar do mesmo não é uma novidade para os profissionais de educação, principalmente para os pedagogos. O Projeto Político-Pedagógico tem sido o objeto de estudos para professores, pesquisadores e instituições educacionais em nível nacional, estadual e municipal, em busca da melhoria da qualidade do ensino (PADILHA, 2001, p. 35).

O PPP, ao se constituir em processo democrático, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão.

O fazer educacional somente se concretiza, quando conseguimos alcançar um nível de entendimento específico, onde o educando, ao captar a mensagem, inicia um processo de produção gradativa e a somatória de conhecimentos que serão alicerce sólido na edificação de seus ideais e na licitude de sua conduta perante a sociedade. Lembrando Paulo Freire, entendemos que o conhecimento não pode advir de um ato de “doação” que o educador faz ao educando, mas sim, um processo que se realiza no contato do homem com o mundo vivenciado, o qual não é estático, mas dinâmico e em transformação contínua.

Almeja-se para a formação do profissional da educação, que ele tenha além do conhecimento disciplinar a compreensão crítica daquilo que ensina e faz; conheça as novas tecnologias e que as utilize acordo com o projeto político de

emancipação das classes menos privilegiadas; tenha na sua formação uma especificidade que contribua para o trabalho coletivo e interdisciplinar na escola; e tenha a compreensão das relações entre a escola e a sociedade.

Para que isso se efetive, faz-se necessário uma sólida fundamentação teórica em torno das questões da prática educativa e, concomitantemente, um tempo significativo para a vivência e construção de novas práticas, de modo que o aluno vincule-se às diferentes realidades, não como mero observador, mas como sujeito, co-responsável com os demais sujeitos das práticas em questão (NOVA ESCOLA, 2008).

E é em seu Projeto Político Pedagógico que a escola demonstra suas idealizações e os objetivos alcançados com inúmeros projetos concluídos ou em andamento. É importante que a escola ofereça um ambiente agradável, tanto para professores quanto para os alunos, e também aos profissionais que nela atuam, para que se desenvolva uma atmosfera favorável ao conhecimento, construída no cotidiano e podendo ser coletivamente construída e auxiliada pelo PPP.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Elizangela Santos de. **Relação professor-aluno no processo pedagógico: a importância da comunicação interativa**. Conteudo Juridico, Brasília-DF: 07 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.35481&seo=1>>. Acesso em: 01 jun. 2015.

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, LDB. Lei nº9394 de 1996.

CHAUÍ, Marilena. **Vida e obra in Coleção Os Pensadores – Rousseau**, Vol. I, São Paulo: Nova Cultural, 1987.

CORTELLA, Mario Sergio. **A escola e o conhecimento – fundamentos epistemológicos e políticos**. São Paulo: Cortez, 2002.

CHALITA, Gabriel. **Educação: a solução está no afeto**. São Paulo: Gente, 2001.

DORE, Rosemary. Ensino e novas tecnologias: situação atual e novas perspectivas. **Caderno de Educação-v.1, n.1** (nov./95). Belo Horizonte: Faculdade de Educação/Campus BH/UEMG, 1995. pp. 80-111

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 28 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Educação como prática da liberdade**, 11 ed. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1980.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2000.

GANDIN, Danilo. **A Prática do Planejamento Participativo**. Petrópolis: Vozes, 2000.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez, 2001.

GÓMEZ, A. I. P. A aprendizagem escolar: da didática operatória à reconstrução da cultura na sala de aula. In: SACRISTÁN, J. G.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SCHOENFELD, William Nathan – **Princípios de Psicologia** – um texto sistemático na ciência do comportamento. São Paulo. Ed. Pedagógica e Universitária Ltda., 1974.

**ANEXO- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA
ESTADUAL BUENO BRANDÃO**



**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
DA ESCOLA ESTADUAL BUENO BRANDÃO**

GISELLE MASIERO TEIXEIRA

**BELO HORIZONTE
2015**

“O que nos encanta e entusiasma nunca é o passado por mais rico que seja,mas o futuro que encerra em si mesmo a criação, a aventura e a vida.

A escola nunca é uma paragem.

È estrada aberta para os horizontes que devem ser conquistados.

Vai ao encontro da amanhã “

Célestin Freinet

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
1- FINALIDADES DA ESCOLA	07
2- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	09
2.1 - Estrutura Organizacional Administrativa	09
2.2 - Estrutura Organizacional Pedagógica	10
3- CURRÍCULO	13
4- TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	16
5- PROCESSOS DE DECISÃO	18
6- RELAÇÕES DE TRABALHO	21
7-AVALIAÇÃO	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	29

INTRODUÇÃO

O projeto político pedagógico é o documento que norteia todas as ações administrativas e pedagógicas da instituição escolar, para que se possa tentar encontrar saídas para os desafios que se apresentam. O PPP é pautado na lei de diretrizes e Bases nº 9.394/96, Diretrizes Curriculares Estaduais e demais políticas públicas vigentes. O Artigo 12 da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB nº 9394/96, propõe em seus incisos, norteiam elaboração do PPP.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;(Redação dada pela Lei nº 12.013, de 2009)

VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei.BRASIL 1996.Art12

O Objetivo do Projeto Político Pedagógico é destacar a autonomia e a identidade da escola. Ele possibilita uma mudança planejada, organizada buscando soluções para transformar a escola em um espaço aberto ao diálogo possível de reflexão e estimulando os educadores a refletir sobre a prática pedagógica. O PPP é a busca de um rumo, de uma direção e um compromisso coletivo objetivando a melhoria da prática educacional. É um documento que requer constante revisão deve ser compreendido como a reflexão educativa. Conforme afirma Veiga (1998 p. 13),

Ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscamos o possível”. Ele não deve ser entendido como um documento que após sua construção seja arquivado ou encaminhado as autoridades, núcleos de educação para cumprir as tarefas burocráticas, pois envolve os indivíduos

presentes no processo educativo escolar, de modo que subsidia a organização do trabalho pedagógico e educativo da escola.

A Escola Estadual Bueno Brandão atende o Ensino Fundamental, esta localizada na rua Paraíba 1.145 Bairro Funcionários Belo Horizonte/MG CEP 30.130-141, foi criada através no decreto nº 2287 de 03 de novembro de 1908 com a construção do prédio destinado ao jardim de infância, na Avenida Paraúna, hoje Avenida Getúlio Vargas. O prédio destinado ao primeiro grupo escolar sua construção era com matérias vindo da Alemanha. Até meados de 1969 O governo resolveu criar o curso primário na escola. O prédio original foi demolido e no lugar construíram o atual de alvenaria. O nome da escola foi em homenagem ao governador DR. Júlio Bueno Brandão.

Em, 19 de março de 1971 foi inaugurado o prédio onde funciona a escola atendendo alunos da 1ª a 5ª ano em dois turnos. Localizada no bairro Funcionários um local privilegiado da cidade próximo à praça da liberdade, um dos pontos turísticos da capital, a comunidade escolar é composta por alunos provenientes de famílias de baixa renda. São filhos de trabalhadores que muitas vezes os pais têm baixa escolaridade, chegando a casos de famílias com pais analfabetos.

Para atender a comunidade local, a E. E. Bueno Brandão conta com um quadro de 96 profissionais, sendo 01 diretora, 02 vices – diretoras, 01 secretaria 08 servidores técnicos de educação, 01 assistente técnico financeiro, 16 Auxiliares de serviço de educação básica, 04 especialistas 44 professores regentes, 03 eventuais, 02 professore de biblioteca, e 18 de serviços gerais. Colegiado 08 componentes titulares e 08 Suplentes.

O prédio da escola tem 20 salas de aulas, 02 salas de apoio, 03 salas da Diretora, da Vice – diretora e supervisoras, 01 sala para os professores. 01 sala de informática, 01 biblioteca, 03 secretarias, 01 sala de vídeo, 01 sala de mecanografia, 01 quadra para a pratica de esportes, 01 pátio com mesas de alvenaria,01 galpão coberto com palco para eventos,01 cantina,18 banheiros sendo 10 junto as salas do 1º andar da escola, 05 depósitos, além de um espaço pedagógico externo e um anfiteatro para uso dos alunos e professor.

O horário de aula é dividido em dois turnos, o primeiro das 07horas as 11h20mim o segundo turno de 13horas as 17h20mim com recreio de 20

minutos nos dois turnos A escola atende os alunos com dificuldades de aprendizagem em grupos com aulas ministradas pela professora eventual. A permanência do aluno na escola é de 20 horas semanais para os alunos do ensino fundamental, distribuídas em 5 dias, participando das aulas, com duração de 50 minutos por disciplina.

1- FINALIDADES DA EDUCAÇÃO

A escola é um espaço prioritário na construção do conhecimento, que da norte ao trabalho educativo interagindo o educando com o mundo. Pode-se dizer que esse pensamento pressupõe: respeito às diferenças de sexo, etnia, cultura, classe social, religião e opiniões.

A escola tem como objetivo fazer com que o aluno assuma sua própria história e seja capaz de transformar sua própria realidade, na busca permanente da valorização da identidade e de seu meio social.

O respeito à diversidade dos alunos é parte integrante da proposta da E. E. Bueno Brandão. As ações pedagógicas propostas, inspiradas no Relatório da UNESCO (2008) são baseadas nos quatro pilares da educação: aprender a aprender, a aprender a ser e conviver, aprender a fazer e aprender a conhecer, complementando-se a educação integral do aluno.

O Objetivo da escola é o estabelecimento de uma Proposta Pedagógica que o educando desenvolva habilidades cognitivas, garantindo-lhe ainda uma educação voltada para os valores sociais e morais, num contexto atual e saudável. A aprendizagem estará relacionada à realidade do aluno no contexto social em que está inserido.

Segundo o dicionário Aurélio (1991) Apud (LEANDRO e PLATT, 2014, p.169):

A educação é o processo de desenvolvimento da capacidade física intelectual, e moral do ser humano visando a sua integração individual e social, ou seja, um ambiente educacional de qualidade que tenha a interação dos professores com os alunos, sendo que devemos estar aprendizando. A educação visa formar um indivíduo crítico, capaz de se auto avaliar, podendo ele por si mesmo através das suas atitudes, avaliar sobre numa constante educação aprendizagem, pois não existe educação sem o que esta fazendo, analisar se esta certo ou errado e verificar como poderá prosseguir (...). O aluno que pretende-se formar na E. E. Bueno Brandão deve ser autônomo, responsável, comprometido, crítico, curioso, reflexivo, mas também humano, solidário, que saiba conviver e acima de tudo respeitar as diferenças.

A escola deve ofertar ao aluno às oportunidades de aquisição de habilidades e competências ligadas a leitura e escrita, ao raciocínio lógico matemático, as novas tecnologias da informação, entre outros.

A escola Bueno Brandão por ser uma escola de referência pela qualidade do ensino busca elevar o nível de aprendizagem dos alunos criando condições que facilitem a educação, prioriza a participação das famílias nas atividades que envolvam a comunidade valorizando os profissionais que nela atuam com cursos de capacitação, garantindo o direito a educação, previsto no art. 205 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, art. 205):

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A escola deve comprometer-se com uma educação de maneira global levando-se em consideração a parceria com a família que é fundamental durante o processo de ensino aprendizagem. Dessa forma a escola prepara o indivíduo para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho.

2- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O planejamento e a proposta de elaboração do Projeto Político Pedagógico de uma escola constituem em um desafio, na medida em que se propõe a desenvolver um conjunto de ações visando a melhoria do trabalho e a qualidade do ensino em favor do educando. Para tanto, é preciso que se tenha uma participação efetiva da comunidade escolar para que possa de maneira conjunta encontrar saídas para os desafios que se apresentam.

2.1- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

A estrutura administrativa da Escola Estadual, de Ensino Fundamental, conforme a legislação do Estado pela qual é regida tem em sua composição: um diretor coordenador das decisões do coletivo da escola, dois vice-diretores que auxiliam o diretor nas questões administrativas e/ou pedagógicas, desempenhando a mesma função numa eventual substituição do diretor. A escola conta também com uma 01 secretaria, 08 servidores técnicos de educação que cuidam da escrituração da escola, atendimento ao público, arquivo e correspondência do colegiado, coordenar as atividades referentes à matrícula e a transferência .

Um ATB (Assistente Técnico da Educação Básica) que cuida dos recursos financeiros da escola, quatro supervisoras que prestam orientação técnico-pedagógico aos professores, orientando o desenvolvimento dos planejamentos e procura manter a unidade da ação pedagógica, além de acompanhar o processo escolar do educando, 18 auxiliares de serviços gerais que cuidam da manutenção, conservação e limpeza da escola. A escola conta também 44 professores regentes de turma em exercício na escola que possuem licenciatura e pós-graduação, é têm como objetivo principal o processo de ensino - aprendizagem, 3 eventuais que trabalham com o reforço escolar a crianças com defasagem de aprendizagem, 02 professores de biblioteca que desenvolvem um trabalho voltado para a leitura .

O prédio da escola tem 20 salas de aulas, 02 salas de apoio, 03 salas da Diretora, da Vice – diretora e supervisoras, 01 sala para os professores. 01 sala de informática, 01 biblioteca, 03 secretarias, 01 sala de vídeo, 01 sala de mecanografia, 01 quadra para a pratica de esportes, 01 pátio com mesas de alvenaria, 01 galpão coberto com palco para eventos, 01 cantina, 18 banheiros sendo 10 junto as salas do 1º andar da escola, 05 depósitos, além de um espaço pedagógico externo e um anfiteatro para uso dos alunos e professor. Quanto a materialidade, os recursos pedagógicos disponíveis incluem computadores, TVs e DVs, data - show, projetor, acervo literário e ainda livros didáticos e paradidáticos, material esportivo, e recursos para compra de materialidade para uso diário.

Os recursos repassados pela SEE/MG servem para: recuperação de parte elétrica, hidráulica, recuperação da estrutura da escola compra de material informática e aquisição material didático, material esportivo.

Arrecadações através de eventos servem para: palestras de formação para professores alunos e famílias. A escola precisa de Reforma na sua infraestrutura e também a construção de uma quadra coberta para melhorar a recreação dos alunos

2.2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

A Lei de diretrizes e Bases nº 9394/96, no seu art. 1º prevê que:

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

No intuito de atender ao que se refere a LDB nº 9394/96, a organização didático -pedagógica da Escola Estadual Bueno Brandão propõe-se a formar um aluno crítico , consciente e politizado .

Porém, segundo SOUZA apud SILVA (2011, p. 01):

Observa - se um distanciamento entre as proposições do planejamento ao nível do sistema educacional e sua incorporação pelas escolas, ao planejar suas próprias ações. Isto implica que se considere que, na relação entre esses dois âmbitos do planejamento,

produzem-se mediações que muitas vezes escapam ao controle puro e simples dos propositores das políticas educacionais. É neste movimento, muitas vezes, que se consolida a autonomia das escolas, que se constitui, no entanto, de forma sempre relativa.

O contexto sócio, político, econômico do aluno deve ser levado em consideração na proposta educativa da escola.. Para desenvolver as competências e habilidades de acordo com Parâmetros Curriculares Nacionais(1997), Currículo Básico comum (CBC's) que se baseiam em metas de que ajudam o aluno a se preparar para enfrentar mundo atual como cidadão participativo, reflexivo e autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres. e Matrizes de Referência, para que se faça a mediação entre a escola e o sistema educacional há um acompanhamento feito por um funcionário - supervisora da Secretaria de Estado da Educação.

Assim, a partir de orientações elencadas na Resolução de nº 2.197/2012, da Secretaria Estadual de Educação a organização da escola para atingir sua proposta educativa, é dividida em ciclos: Ciclo da Alfabetização, com a duração de 3 (três) anos de escolaridade, 1º, 2º e 3º ano; II - Ciclo Complementar, com a duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 4º e 5º ano O ingresso na escola é feito por cadastro escolar.

Considerando ainda, o respeito à diversidade, o respeito pelo próximo e pelo meio ambiente, a escola propõe projetos a serem desenvolvidos. Entre eles destacam-se: reciclagem, consciência negra, mostra culturais, hábitos de higiene, entre outros. Também é de grande importância o Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP) da Secretaria Estadual de Educação, que busca sanar as defasagens de aprendizagem.

Para que a escola atinja seus objetivos pedagógicos são realizados encontros semanais com os professores sob a coordenação das supervisoras e ainda, mensalmente são realizadas as reuniões para a confecção de um novo planejamento. As reuniões com os pais ou responsáveis dos alunos, para a entrega de resultados e avisos administrativos são realizadas bimestralmente.

Observando as dificuldades dos alunos a Escola Estadual Bueno Brandão buscou parceria com a Faculdade FEAD e criou o Projeto "LER E A MELHOR SOLUÇÃO".É um projeto para atender alunos do 4º e 5º anos que têm dificuldade na leitura ou não aprenderam a ler no tempo certo. A escola

confeccionou um horário de modo que o aluno possa está na escola e ser atendido pelos alunos da Faculdade FEAD com atividades direcionadas a leituras de gêneros textuais. O projeto conta com o apoio da equipe pedagógica da direção da escola.

Enfim, acreditando na possibilidade de mudanças, a escola vem buscando alternativas para suprir suas deficiências e oferecer a seus alunos uma estrutura extracurricular que atenda as necessidades dos alunos.

3- CURRÍCULO

O grande desafio do Projeto Político Pedagógico é fazer com que o currículo, seja um instrumento que auxilia a escola a se organizar pedagogicamente, sendo construído a partir de acordos firmados levando em consideração os conflitos que diariamente são observados no ambiente escolar

Conforme VEIGA (1997 p.26-27)

Currículo é uma construção social do conhecimento pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito.

Na elaboração do currículo, há sempre a preocupação de relacionar os conteúdos com a realidade dos alunos no momento em que se decide o que ensinar. Para tanto o conhecimento prévio dos alunos também deve ser levado em consideração. Os componentes curriculares abrangem as cargas horárias estabelecidas, os conteúdos, as avaliações e metodologia.

Segundo TEIXEIRA (2002, p.01)

Os objetivos do planejamento curricular são: ajudar aos membros da comunidade escolar a definir seus objetivos; obter maior afetividade no ensino; coordenar esforços para aperfeiçoar o processo de ensino - aprendizagem; propiciar o estabelecimento de um clima estimulante para o desenvolvimento das tarefas educativas.

Ao pensar no currículo para a E. E. Bueno Brandão procura-se, no entanto, diversificar este currículo de acordo com a realidade e muitas vezes fazendo mudanças de turma para turma.

Atualmente a escola recebe uma clientela diversificada, como por exemplo, os alunos de inclusão que trazem à escola uma demanda de aprendizagem diferenciada e nestes casos, promove-se um currículo direcionado, capaz de atender a individualidade deste aluno e favoreça sua autonomia. Desta forma, diversificando-se o currículo, torna-se possível um atendimento de toda a comunidade.

Conforme explica MACHADO, RICETO e BARBOS (2010, p. 01)

O currículo escolar é importantíssimo por ser um instrumento que norteia o trabalho desenvolvido na escola, e ser marcado pela visão de mundo da sociedade do momento; e sua prática reflete na visão de mundo expressado nos documentos orientadores por meio das formas efetivas de ação dos agentes educacionais, e, dos valores, normas, hábitos, atitudes que governam as relações nas salas de aula.

De acordo com SILVA (2014, p. 01)

No atendimento às necessidades dos alunos e da sociedade, o currículo deve considerar as exigências de um mundo de relações complexas e diversificadas, proporcionando ao aluno um conjunto de experiências que lhe assegure a compreensão de sua realidade, uma fundamentação sólida em termos de formação básica que instrumentalize o aluno para atuar sobre esta realidade de forma crítica.

A Matriz Curricular da Escola Estadual Bueno Brandão, referente ao Ensino Fundamental, é elaborada de acordo com os parâmetros definidos pela Lei de Diretrizes e Bases, LDB 9394/96, discutido na Comunidade Escolar e aprovado pelo Colegiado e amplamente divulgado.

De acordo com a Resolução de nº 2.197/2012, os componentes Curriculares Obrigatórios do Ensino Fundamental que integram as áreas de conhecimento são os referentes a Linguagens, que abrangem a Língua Portuguesa e Língua Materna (para populações indígenas); Arte, (em suas diferentes linguagens: cênicas, plásticas e obrigatoriamente a musical) Educação Física; Matemática; Ciências da Natureza; Ciências Humanas, que abrange História e Geografia; Ensino Religioso (ética e Cidadania)

Para cumprir o seu papel, a Escola Estadual Bueno Brandão propõe um trabalho interdisciplinar e Multicultural dos conteúdos, que valoriza as relações do aluno e produz um rico conhecimento cultural. Um currículo centrado na cultura do aluno propõe uma educação escolar com base, sobretudo voltado para a espontaneidade e na criatividade que estimula o raciocínio lógico.

A escola é um agente transformador que trabalha de modo com que haja um desenvolvimento efetivo do aluno, zelando sempre pelo seu futuro, qualificando-o para o trabalho e preparando-o para uma melhor convivência na sociedade.

4- TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP), o Calendário Escolar é elaborado em acordo com os parâmetros definidos em normas específicas, publicada anualmente pela Secretaria de Estado da Educação – SEE – discutido e aprovado pelo colegiado e amplamente divulgado para a Comunidade Escolar.

Segundo VEIGA (1997, p. 29)

O tempo é um dos elementos constitutivos da organização do trabalho pedagógico. O calendário escolar ordena o tempo: determina o início e o fim do ano, prevendo os dias letivos, as férias, os períodos escolares em que o ano se divide, os feriados cívicos e religiosos, as datas reservadas à avaliação, os períodos para reuniões técnicas, cursos etc.

As atividades têm trazido mudanças em seus diversos setores e preparar o aluno para tais mudanças torne-se fundamental. A interdisciplinaridade das matérias ensinadas e um dos principais fatores de transformação. A jornada de trabalho do professor deve ser no mínimo de 4 horas de trabalho diário com intervalo de 20 minutos nos dois turnos. O horário de aula é dividido em dois turnos, o primeiro das 07h00 as 11h20mim o segundo turno de 13h00 as 17h20mim. A escola atende os alunos com dificuldades de aprendizagem em grupos com aulas ministradas pela professora eventual. A permanência do aluno na escola é de 20 horas

semanais, distribuídas em 5 dias. As Aulas de cada disciplina tem duração de 50 minutos.

O Calendário Escolar é composto por 200 dias letivos, ou seja, dias em que são realizadas atividades com alunos. Para os anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), o calendário também deve cumprir uma carga horária de 800 horas, de acordo com a normas legais da SEE/MG, atendendo a realidade escolar. Nele, devem ser especificados: férias regulamentares início e término do ano letivo, dias letivos, recessos, feriados, reuniões e planejamentos bem como as programações culturais.

Para MOURA (2014, p. 141)

(...) a organização do espaço é uma das dimensões fundamentais para o desenvolvimento integral da criança. Um espaço adequadamente organizado ajuda no desenvolvimento das potencialidades das crianças à medida que contribui para o desenvolvimento de novas habilidades, sejam elas motoras cognitivas ou afetivas.

Desta forma o tempo do professor para promover a aprendizagem é de extrema importância. E é necessária uma boa organização das rotinas escolares. A sala de aula deve ser organizada com materiais que possibilitam ao aluno experiências diversificada. Isto contribui para a disciplina da turma e para uma construção da autonomia no processo de aprendizagem. A rotina semanal da sala de aula deve proporcionar experiências com leitura e de escrita levando em considerações diversos gêneros textuais. Atividades de raciocínio lógico matemático que levem a criança a refletir sobre a resposta.

Portanto a organização do tempo e do espaço escolar é fundamental para que as atividade citadas sejam realizadas o Projeto Político Pedagógico mostra de maneira eficaz que isso é necessário assim sendo o professor pode contatar se seus alunos estão aprendendo o conteúdo lecionado. Para isso, a escola dispõe de tempo de formação do professor, reuniões pedagógicas e o espaço para realização das atividades propostas aos alunos para o desenvolvimento de uma aprendizagem com qualidade. . Para promover uma educação de qualidade a coordenação pedagógica da escola deve propor um trabalho pautado na aquisição do conhecimento cognitivo e nas capacidades e habilidades do aluno. Ele seja capaz de reconhecer e compreender as múltiplas formas de interação que existem entre os conteúdos lecionados.

De acordo com FOGAÇA (2014, p.01)

O professor também necessita de tempo para conhecer melhor seus alunos, exercer sua formação continuada dentro do ambiente escolar, participar de cursos e palestras de formação continuada, preparar suas aulas, diários, avaliações, atividades didáticas e acompanhar e avaliar o projeto político-pedagógico em ação.

Também serão desenvolvidas atividades culturais (visitas a museu e exposições); A utilizar da biblioteca como espaço de leitura e pesquisa; utilização do espaço pedagógico e da quadra com espaço de desenvolvimento de brincadeiras e exercícios corporais e jogos. Este tempo é fundamental para que o professor conheça e perceba seu aluno.

5- PROCESSOS DE DECISÃO

A instituição procura estabelecer uma relação efetiva com a família dos alunos. Ela procura garantir o bom funcionamento administrativo e pedagógico pela boa relação com os órgãos administrativos ligados a Secretaria Estadual de Educação (SEE).

O processo de funcionamento da secretaria da escola é orientado e coordenado pela secretária, que exerce um cargo comissionado. Do ponto de vista pedagógico o corpo docente, supervisão e coordenação têm autonomia para planejamentos para decidir sobre o melhor desenvolvimento do educando a partir das orientações da SEE/MG, tendo em vista a necessidade do aluno, os indicadores da Base Nacional Comum e também os índices da escola no IDEB.

Em uma gestão democrática acredita-se, que de maneira conjunta é possível encontrar caminhos para atender as expectativas da comunidade escolar, o envolvimento de todos os profissionais da escola torna-se indispensável e decisivo para a execução do PPP.

A esse respeito, JUÇARA e RAIMUNDO (2001, pág. 31) afirmam que:

Na gestão democrática, em uma administração colegiada, a educação é tarefa de todos, família, governo e sociedade, para tanto é necessário o envolvimento de todos os sujeitos participantes do processo educacional que devem entender e participar deste como um trabalho coletivo, pois é dinâmico e exige ações concretas. Para tanto, é necessário que a gestão democrática seja vivenciada no dia-a-dia das escolas, seja incorporada ao cotidiano e se torne tão essencial à vida escolar, quanto a presença de professor e alunos.

De acordo com a resolução SEE nº 2554 de fevereiro de 2014, o colegiado é formado pelo Professor de Educação Básica regente de turmas e de aulas; pelo Professor de Educação Básica ou Especialista em Educação Básica exercendo outras funções; pelo Especialista em Educação Básica e demais servidores das outras carreiras; pelo pai ou responsável por aluno menor de 14 anos, regularmente matriculado e freqüente no ensino fundamental. A definição do número de membros vai depender do número de alunos.

As principais funções do colegiado são de caráter deliberativo e consultivo nos assuntos da vida da escola, bem como nas quais se referiam ao relacionamento entre escola e comunidade, sendo que as normas para o seu funcionamento devem ser propostas por seus membros são submetidos à aprovação da comunidade escolar, em assembléia.

A Escola Estadual Bueno Brandão conta com 08 membros titulares e 08 suplentes que foram escolhidos pela comunidade escolar mediante o processo de eleição. Obedecendo às normas legais do ensino e as particularidades de cada escola, cabe ao colegiado elaborar aprovar e acompanhar a execução do PPP do plano de ação e do regimento escolar; acompanhar os indicadores referentes a avaliações externa e interna, acompanhar matrícula e evasão escolar propondo intervenções pedagógicas medidas educativas para melhorar a qualidade do ensino. Indicar diretor e vice-diretor no caso de afastamento; propor parcerias entre escola pais, comunidade, instituições públicas e organizações não governamentais (ONG); propor e acompanhar atividades culturais; propor a utilização dos recursos orçamentários e financeiros da Caixa Escolar e acompanhar sua execução; referendar ou não a prestação de contas aprovada pelo Conselho Fiscal; opinar sobre a adoção de medida administrativa ou disciplinar em caso de violência física ou moral envolvendo profissionais de educação e alunos, no âmbito da escola; divulgar o cronograma de reuniões.

Segundo PRAIS (1990); citado por JUÇARA e RAIMUNDO (2001 , pág. 34):

Para acontecer a administração participativa na escola é preciso que o diretor, professores, alunos e pais se proponham a isso. O diretor pode estimular ou enterrar o processo, mais o êxito da experiência dependerá do aprendizado vivencial de participação construtiva de cada um e de todos os componentes da Instituição.

Para tanto o que importa não é o resultado obtido a curto ou a médio prazo mas sim, o esforço empregado para se alcançar o resultado desejado.

A Escola Estadual Bueno Brandão tem um colegiado atuante que se reúne uma vez por mês para discutir assuntos relacionados à administração escolar e à prática pedagógicas promovendo a integração entre comunidade e a escola. As reuniões são registradas em atas com divulgação feita aos interessados.

O processo de tomada de decisões, pautado pela gestão democrática e participativa é um processo longo, difícil e que requer muita afinidade com todos os segmentos da escola. Desta forma se faz possível criar um ambiente escolar construtivo e democrático, pautado no respeito, na escuta e na busca de decisões que trarão benefícios à comunidade escolar e principalmente ao aluno.

O conselho de classe é realizado bimestralmente e natureza consultiva, sem caráter partidário Ele tem com objetivo prioritário discutir e acompanhar o desenvolvimento do PPP da escola. Desta forma o colegiado é capaz de articular e fortalecer a administração escolar a comunidade aos setores da escola auxiliando a direção na elaboração da proposta pedagógica e opinando sobre as necessidades e interesses da comunidade. Para casos especiais são realizadas convocações com 48 horas de antecedência.

6- RELAÇÕES DE TRABALHO

Acredita-se que o trabalho conjunto propicia encontrar caminhos para atender as expectativas da comunidade escolar no que diz respeito ao desenvolvimento do educando. O envolvimento de todos os seguimentos da comunidade escolar torna-se indispensável e decisivo para cumprimento e execução do planejamento e a avaliação do trabalho educativo

De acordo com LEANDRO e PLATT (2014, p.168-169)

Relações do trabalho atitudes de solidariedade e de participação coletiva, em uma instituição todos devem estar ligados devendo um colaborar com o outro caso haja necessidade, principalmente no âmbito escolar, pois a escola é onde se passa princípios, de coletividade recíproca e não de rivalidade, não há a necessidade de se ter uma hierarquia, um dando ordens no serviço do outro, sendo ai que acaba gerando conflitos, tenções, rivalidade, muitas vezes acaba refletindo até mesmo com os alunos, não bastando as rivalidade que as vezes já existem entre alunos, acaba tornando um ambiente de convívio difícil.

É importante salientar que os funcionários da escola têm formação profissional na área da educação. A escola divulga constantemente os cursos de capacitação oferecidos pela SEE/MG – Metropolitana A (A Transição da Educação Infantil Para o Ensino Fundamental, Avaliar Pra Que) e UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais – Faculdade de Letras – Projeto de Extensão: Ensino da Língua Portuguesa em Discussão ELPD-2015/1, para que os professores interessados possam se atualizar e melhor atender as necessidades do aluno. Além disso, a escola procura despertar a busca constante de informação e a troca de experiência da prática pedagógica, através de reuniões de Modulo II, conversas informais, o que facilita a relação dos profissionais da escola, que diminui os conflitos através do respeito a individualidade de cada um .

Segundo LIMA (2011, p. 01)

a formação continuada apresenta-se como fator relevante para uma atuação repleta de significação, possibilitando ao educador maior aprofundamento dos conhecimentos profissionais, adequando sua formação as exigências do ato de ensinar, levando-os a reestruturar e aprofundar conhecimentos adquiridos na formação inicial. O professor que participa de atividades de formação continuada pode refletir

sobre suas práticas e trabalho diário. Além disso, o processo de formação contínua de professores lhes possibilita ter consciência das

delimitações da ação pedagógica bem como a busca de autonomia. A formação continuada apresenta-se então como um processo inacabado próprio da formação de um profissional às exigências do exercício de sua profissão.

A administração escolar dará suporte ao bom funcionamento de todos os setores da escola visando e assegurando a qualidade do processo de ensino-aprendizagem desenvolvem-se vários trabalhos em equipes que incluem a direção, secretaria escola, supervisão pedagógica, administração financeira, e serviços gerais.

A coordenação pedagógica presta apoio aos professores e alunos e funcionários supervisionando o cotidiano da escola e prevendo ações que visam ao seu correto funcionamento, garantindo que a escola cumpra sua função de socialização e construção do conhecimento, buscando permanente atualização.

A integração com a comunidade se dá na distribuição das responsabilidades e do poder decisório e democrático, sempre pautada na parceria e na inserção da comunidade no cotidiano escolar e no respeito às diferenças.

Cabe ao professor exercer papel de mediador da aprendizagem do educando tendo em vista o compromisso no ato de ensinar e garantindo a formação continuada do aluno.

A E. E. Bueno Brandão desenvolve atividades que vão desde o atendimento individualizado dos pais e da família, como na abertura da escola para visita - presença aos pais e à família. A abertura da escola para atividades festivas e esportivas e bem um exemplo disto.

Por ser uma escola com alunos na faixa etária de 10 anos, são poucos os conflitos que existem entre professores e alunos. A escola tem uma participação muito grande das famílias que ajudam a minimizar a maioria destes conflitos que são é principalmente relacionados à disciplina.

Sempre que necessário, os pais são solicitados, a comparecer na escola para que os professores e coordenados conversem sobre os problemas relacionados à aprendizagem escolar e disciplina.

A comunidade escolar tem um ótimo convívio pautado no respeito, solidariedade e no companheirismo. Os conflitos existentes são resolvidos harmoniosamente e registrado em atas e assinados pelas partes.

7- AVALIAÇÃO

A inicialmente avaliação será realizada na escola para que o professor obtenha informações necessárias para propor a atividades e gerar novos conhecimentos. Desta forma propicia ao aluno a conscientização sobre seus próprios conhecimentos e o que ele ainda pode aprender. Serão consideradas as diferentes aptidões dos alunos que poderão passar por avaliação processual, formativa e participativa.

Atualmente o processo se da no decorrer da pratica pedagógica observando vários aspectos e valorizando a participação do aluno na construção do seu conhecimento.

A avaliação é um instrumento que ajuda e auxilia na verificação daquilo que foi aprendido. Os resultados destas avaliações servem de instrumento para o aperfeiçoamento da aprendizagem pelo aluno desta forma o professor pode procurar meios para ajudá-lo a superar esta dificuldade. Proximidade, compreensão, responsabilidade e serenidade são indispensáveis para a construção uma educação comprometida e formadora de cidadãos críticos e competentes.

A Avaliação proporciona ainda a oportunidade aos alunos de melhor se situarem tendo vista de seu desenvolvimento ou suas dificuldades. Por Outro lado os mantêm os pais informados sobre o desenvolvimento escolar dos filhos.

Segundo Veiga (1997, p.191)

O estabelecimento de critérios para a avaliação do aluno está estreitamente vinculado á organização curricular. Baseado nos conceitos básicos definidos para cada série e nos critérios gerais a eles referidos, o professor elabora sua proposta específica, considerando as características próprias do grupo em que atua. Surgem dai os critérios para a avaliação nas dimensões cognitivas afetivas e motoras, considerando as possibilidades e os limites de cada turma e as individualidades de cada aluno.

Para ESTEBAN (2002, pág. 138-139)

é imprescindível destacar o papel de cada sujeito envolvido no processo de avaliação. De início, pode-se destacar o aluno como sujeito responsável pelo ato de aprender, pois a aprendizagem é de sua responsabilidade na relação com o professor, com seus colegas e com o conhecimento, portanto, ninguém melhor que o próprio aprendiz para dizer o que está aprendendo ou não.

Ainda, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96, no seu art. 24^º destaca:

Art. 24º. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

Desta forma, a E. E. Bueno Brandão garante a avaliação continuada e bimestral do aluno, a progressão continuada no Ensino Fundamental.

Art. 77 É exigida do aluno a frequência mínima obrigatória de 75% da carga horária anual total.

Parágrafo único. No caso de desempenho satisfatório do aluno e de frequência inferior a 75%, no final do período letivo, a Escola deve usar o recurso da reclassificação para posicionar o aluno no ano seguinte de seu percurso escolar.

Conforme artigo em tela, também é definido pelos professores e avaliado pelo Conselho de Classe.

Art. 78 A Escola deve oferecer aos alunos diferentes oportunidades de aprendizagem definidas em seu Plano de Intervenção Pedagógica, ao longo de todo o ano letivo, após cada bimestre e no período de férias, a saber:

III - estudos independentes de recuperação, no período de férias escolares, com avaliação antes do início do ano letivo subsequente, quando as estratégias de intervenção pedagógica previstas nos incisos I e II não tiverem sido suficientes para atender às necessidades mínimas de aprendizagem do aluno.

A Escola Estadual Bueno Brandão utiliza de moldes permitem a recuperação paralela dos conteúdos, já que detectadas as dificuldades, essas podem ser sanadas a tempo evitando uma possível defasagem do aluno.

Ao longo dos últimos anos, a escola tem recebido alunos de Inclusão, cujo acesso ao de Ensino Regular é assegurado pelas Leis nº 7.853/1989 e nº12.764/2012, com processo de avaliação especial garantindo a sua permanência e desenvolvimento pedagógico. O Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) é o instrumento norteador do processo na educação especial.

A Secretaria de Estado de Educação e a Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica, no seu Guia de Orientações da Educação Especial (2014, p. 8-10) traz em seu viés algumas das adaptações considerando-se os instrumentos e práticas avaliativas mais utilizadas:

- a. Prova: Este instrumento de avaliação, normalmente, prevê respostas por escrito dos alunos, é utilizado para aferir a aprendizagem do conteúdo trabalhado em sala de aula. De acordo com a necessidade específica do aluno, pode lançar mão de recursos, tais como leitor ou intérprete de Libras; provas em braile ou em outros meios de comunicação; adaptações no conteúdo da prova ou até mesmo supressão de conteúdos conforme a necessidade especial do aluno;
- b. Observação e Registro: A observação do processo de aprendizagem feita, pelo professor deve ser devidamente registrada. Portfólio, maquetes, fotos, gravações em áudio e em vídeos, fichas descritivas, relatórios individuais, caderno ou diário de campo podem ser utilizados com a finalidade avaliativa para comprovar a participação e o desenvolvimento do aluno;
- c. Trabalhos e Provas operatórias (individuais e/ou em grupos): são atividades e instrumentos importantes no processo de aprendizagem de alunos com deficiência, pois maximizam a participação e as trocas de conhecimento.
- d. Auto-avaliação e avaliação compartilhada: Ouvir o próprio aluno e os seus colegas sobre as suas facilidades e dificuldades na aprendizagem propicia ao professor refletir sobre o processo de ensino. Compartilhar suas considerações com a família e até mesmo com outros profissionais que ofertam o atendimento traz ao professor a possibilidade de conhecer a opinião de atores externos ao processo.

Além do processo de avaliações internas, a escola conta com a realização de avaliações externas ou avaliações em larga escala, a nível nacional como: SIMAVE PROVA BRASIL, SAEB, realizadas pelo governo federal, que visam identificar, orientar e solucionar problemas na aprendizagem

dos alunos da rede pública, e verificar o desempenho dos professores e da escola como um todo.

Segundo SILVEIRA e FERRON (2012,p. 08)

As avaliações de larga escala são um fenômeno que não passa mais despercebida nos sistemas de educação básica de todo o país. Esta cultura impregnou-se na educação brasileira desde a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), em 1990, e nasceu com dois objetivos: avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência do ensino e fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas. Para tanto, ele gera médias estaduais, regionais e uma nacional.

A análise dos resultados destas avaliações deve ser considerada na sistematização das avaliações internas e do processo de ensino-aprendizagem. Os resultados SAEB devem ser levados em conta, assim como o contexto escolar em que a escola está inserida.

A escola organiza um conjunto ações significativas que ajuda a preparar o aluno durante a aplicação das provas e conscientizar a família sobre a importância das mesmas no processo de aprendizagem.

A análise dos resultados servem de base para o replanejamento das ações da escola, o que tem permitido uma evolução constante no nível do seu corpo docente e discente .

Conforme Lei Complementar 71/2003, que institui a Avaliação de Desempenho Individual-ADI.

"Art. 3º A ADI do servidor estável ocupante de cargo de provimento efetivo e do detentor de função pública, de que trata o "caput" do art. 1º, será realizada por Comissão de Avaliação constituída, paritariamente, por membros indicados ou eleitos pelos avaliados e por membros indicados pelo órgão ou pela entidade nos quais o servidor ou o detentor de função pública estiverem exercício, nos termos de regulamento.

A avaliação contribui para que a aprendizagem melhore seus resultados e valorize o crescimento do trabalho dos profissionais da escola com êxito na realização das metas pautadas nos planejamentos Bimestrais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Construir uma escola de qualidade que atenda às demandas da comunidade local, sem perder o foco no seu papel educativo é o desafio dos tempos modernos. O desenvolvimento acelerado das novas tecnologias da informação e comunicação está formando um cidadão ativo e participativo e cabe à escola mostrar o quanto é importante seu papel de formadora de opinião, preparando o indivíduo para a cidadania e para o mundo do trabalho, sem, no entanto perder sua essência, e sua história.

O nosso principal objetivo é despertar a curiosidade do aluno e motivá-lo na construção do conhecimento. A principal meta é trabalhar com os conteúdos curriculares de uma forma interdisciplinar, estimulando o aluno a pensar, selecionar informações, interpretar diferentes linguagens.

A revolução tecnológica vem provocando mudanças significativas nas atividades humanas. Levando-se em consideração o trabalho como um dos eixos da proposta pedagógica, procura-se contribuir para a formação geral do aluno com base no desenvolvimento de suas competências e habilidades e construindo sua própria identidade.

Construir uma identidade é adquirir consciência de si mesmo, compreender os próprios limites e respeitar o limite do outro. É um exercício a ser vivenciado a partir das experiências cotidianas, que exige a incorporação da solidariedade, da responsabilidade, da reciprocidade nas relações pessoais e sociais.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF, Senado Federal. Disponível em:

<https://www.google.com.br/url;sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB> acesso: 21 jul de 2014

BELO HORIZONTE. PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. Escola Estadual Bueno Brandão . Superintendência Regional de Ensino Metropolitana A. Belo Horizonte- Dezembro de 2011.

FOGAÇA, Jennifer. Organização do Tempo Escolar- Canal do Educador- Disponível: <http://educador.brasilecola.com/orientacao-escolar/organizacao-tempo-escolar.htm>. Acesso em 28 jul 2014.

JUÇARA, dos Santos Gonçalves & RAIMUNDO Santos do Carmo. **Gestão escolar e o Processo de Tomada de Decisão**. Disponível em:

http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/95/moddata/data/4575/5522/31438/GE_STAO_ESCOLAR_E_O_PROCESSO_DE_TOMADA_DE_DECISAO.pdf. acesso em 20 agosto de 2014

MINAS GERAIS. Lei Complementar nº 71, de 30 de julho de 2003. **Institui a Avaliação Periódica de Desempenho Individual , disciplina a perda de Cargo Público e de função Pública por insuficiência de desempenho do servidor público estável e do detentor de Função Pública na Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do poder Executivo e dá outras providências.**

Disponível em: http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LCP&num=71&comp=&ano=2003&aba=js_textoAtualizado#texto. Acesso em: 26 nov. de 2014

MINAS GERAIS. Resolução SEE nº 2.197, de 28 de Outubro de 2012. **Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências.**

Disponível em: http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7BD79D0911-31B5-44F6-908F-pdf- Acesso em: 26 jul 2014

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção do coletivo do projeto político - pedagógico (PPP) da escola. 2010**. Disponível em moodle3.mec.gov.br/ufmg. acesso em 21/07/2014

PAULO FREIRE - frases da educação. disponível em: Link de acesso na internet:

<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0CCQQFjAB&url=http%3A%2F%2Fpensador.uol.com.br%2F>

paulo_freire_frases_educacao%2F&ei=kH3pU7KGC4SV7AaT84HgDQ&usg=A
FQjCNHsoRz94StARL6SgayvGrobjv30Dg. Acesso em 11 agosto de 2014

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS-
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - **Guia
de Orientação da Educação Especial na rede estadual de ensino de Minas
Gerais.**Disponível :

[https://www.google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=bpR7VK75AufY8gfNy4HwAg&gws_r
d=ssl#q=guia+de+orienta%C3%A7%C3%A3o+da+educa%C3%A7%C3%A3o+
especial+na+rede+estadual+de+ensino+de+minas+gerais+2014](https://www.google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=bpR7VK75AufY8gfNy4HwAg&gws_rd=ssl#q=guia+de+orienta%C3%A7%C3%A3o+da+educa%C3%A7%C3%A3o+especial+na+rede+estadual+de+ensino+de+minas+gerais+2014). Acesso em:
27 jul de 2014

Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394.
96**-Brasília, 1996. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>.
Acesso em: 31 jul 2014

VEIGA, Ilma Passos Alencastro.(Org.) **Projeto Político Pedagógico da
Escola**: uma construção possível. 3ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1997 –
(Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).